

Plano Anual de Auditoria Interna

PAINT

2026

Auditoria Interna da Codevasf
Consad/AUD

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. AUDITORIA INTERNA DA CODEVASF	8
2.1 Estrutura Organizacional	8
2.2 Capacidade Operacional	9
2.3 Alocação da força de trabalho	10
2.4 Orçamento.....	11
2.4.1 Custeio de Pessoal	11
2.4.2 Aquisições e demais despesas administrativas	12
2.4.3 Custeio das capacitações	12
2.4.4 Custeio de passagens e diárias	13
2.4.5 Custo total	13
3. UNIVERSO DE AUDITORIA.....	14
3.1 Macroprocessos e Processos da Cadeia de Valor da Codevasf	14
3.2 Obrigações Normativas e Legais	17
3.3 Atividades de Auditoria com fundamento em normativos internos	17
4. AVALIAÇÃO DE RISCOS.....	18
4.1 Avaliação da maturidade da gestão de riscos e controles internos	18
4.2 Metodologia de Seleção dos trabalhos de auditoria com base em riscos ..	20
4.3 Resultado dos Objetos Auditáveis com base em riscos	20
5. AUDITORIA SELECIONADA NA EXPECTATIVA DA ALTA ADMINISTRAÇÃO.....	21
6. PREMISSAS, RESTRIÇÕES E RISCOS.....	22
7. PROGRAMAÇÃO ANUAL	22
7.1 Serviços de Auditoria	23
7.2 Monitoramento das Recomendações	25
7.3 Gestão e Melhoria da Qualidade e Modelo IA-CM.....	26
7.4 Levantamento de informações para Órgãos de Controle	27

7.5 Gestão Interna	27
7.6 Capacitação.....	28
7.7 Reserva Técnica	28
7.8 Outros	28
7.9 Consolidação da Programação Anual	28
8. CONCLUSÃO	29
APÊNDICE – METODOLOGIA PARA SELEÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA.....	31
Anexo I- Avaliação dos Riscos Associados	37
Anexo II - Detalhamento dos trabalhos de Auditoria para o exercício de 2026	41

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA


DECLARAÇÃO ANUAL DE INDEPENDÊNCIA E OBJETIVIDADE

Os trabalhos de auditoria previstos para o exercício de 2026 serão conduzidos em conformidade com as competências e responsabilidades dispostas no Regimento Interno da Auditoria Interna, no Manual da Auditoria Interna da Codevasf, nas normas e legislações que regem a prática da Auditoria Interna Governamental, bem como nas demais disposições legais e regulatórias aplicáveis a cada tema auditado.

Confirmando, perante o Conselho de Administração, a independência organizacional da atividade da Auditoria Interna, nos termos do seu Regimento Interno. Ressalto que a atividade de auditoria interna permanece livre de interferências indevidas e de ameaças, explícitas ou implícitas, que possam comprometer a independência de sua opinião, inclusive aquelas relacionadas à definição dos temas de auditoria, questões, escopo, abordagem metodológica, julgamento profissional, cronograma ou conteúdo dos relatórios.

As equipes de auditores desempenham suas atribuições em consonância com o propósito da Auditoria Interna, observando os princípios e normas estabelecidos nas Normas Globais do Instituto dos Auditores Internos, e demais orientações suplementares.

Os auditores atuam, ainda, em conformidade com o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, preservando sua objetividade individual e mantendo-se livres de quaisquer interesses pessoais, limitações externas ou influências que possam afetar suas análises, conclusões e recomendações.

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA LOPES RODRIGUES DE SOUZA**
Data: 23/12/2025 15:19:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

MÁRCIA LOPES RODRIGUES DE SOUZA

Chefe da Auditoria Interna da Codevasf

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

1. INTRODUÇÃO

Com o propósito de fortalecer a governança institucional, aprimorar os processos, controles e a gestão pública, bem como assegurar transparência e a responsabilidade na atuação organizacional, apresenta-se o Plano Anual de Auditoria Interna da Codevasf para o exercício de 2026 (PAINT 2026).

O presente plano foi elaborado em conformidade com as Instruções Normativas SFC/CGU nº 03, de 09 de junho de 2017, e nº 5, de 27 de agosto de 2021, bem como em observância ao disposto no artigo 9º, § 3º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

A elaboração do PAINT considerou as seguintes diretrizes e elementos:

- o cumprimento das Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR);
- o alinhamento estratégico com as perspectivas, objetivos e metas definidos no Planejamento Estratégico da Codevasf 2025-2030;
- as expectativas da alta administração e dos gestores da empresa;
- o gerenciamento de riscos corporativos;
- os trabalhos de auditoria realizados em exercícios anteriores pela Unidade de Auditoria Interna (Consad/AUD); e
- as demandas de órgãos de controle e demais obrigações normativas aplicáveis.

A metodologia utilizada para a seleção dos trabalhos de auditoria baseou-se na avaliação de riscos, em conformidade com as boas práticas de auditoria interna governamental. A descrição detalhada dessa metodologia encontra-se no Apêndice. As tabelas e demais complementares referenciadas ao longo do documento são apresentadas nos Anexos.

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

2. AUDITORIA INTERNA DA CODEVASF

De acordo com os artigos 118 e 119 do Estatuto Social da Companhia, a Auditoria Interna está vinculada diretamente ao Conselho de Administração e tem como atribuição a execução de atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional.

A Auditoria Interna também realiza a interlocução administrativa da Codevasf com a Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (AECI/MIDR), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de atender demandas e requisições dos órgãos de controle.

2.1 Estrutura Organizacional

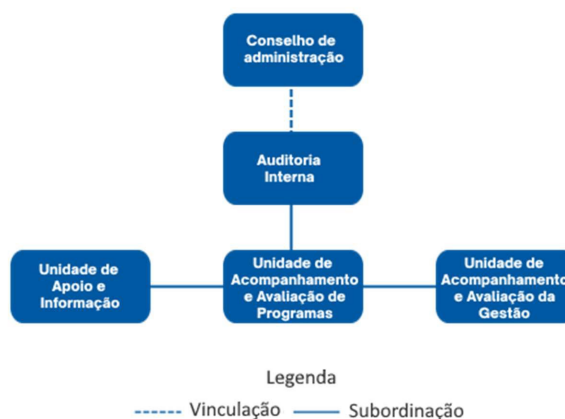
A Auditoria Interna da Codevasf, para cumprimento de seus objetivos, está organizada em três unidades: Unidade de Apoio e Informação – Consad/AUD/UIIN; Unidade de Acompanhamento e Avaliação de Programas – Consad/AUD/UPR; e Unidade de Acompanhamento e Avaliação da Gestão – Consad/AUD/UGE.

À Consad/AUD/UIIN compete, entre outras atividades, atender às demandas da Assembleia Geral, dos Conselhos de Administração (Consad) e Fiscal (Confis), Comitê de Auditoria Estatutário (Coaud), e dos órgãos de controle externo e interno.

À Consad/AUD/UPR compete, dentre outras atividades, realizar auditorias em obras e serviços de infraestrutura celebrados pela Codevasf por meio de contratos, convênios e instrumentos congêneres.

À Consad/AUD/UGE compete, entre outras atividades, realizar auditorias nas áreas contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, de recursos humanos, serviços auxiliares e tecnologia da informação, bem como na entidade fechada de previdência complementar e no plano de assistência médica dos empregados da Codevasf.

Figura 1 – Estrutura da Consad/AUD



“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

2.2 Capacidade Operacional

A Auditoria Interna da Codevasf conta com 18 colaboradores (empregados públicos da Codevasf e agente público com função comissionada), conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 1– Colaboradores da Consad/AUD por função e formação superior

Função na Codevasf	Origem	Formação Superior	Função Gratificada
Chefe da Auditoria Interna	NS – AFFC-CGU	Engenharia Civil	FC-3
Chefe da Consad/AUD/UGE	NS - Codevasf	Administração	FC-4
Chefe da Consad/AUD/UPR	NS - Codevasf	Engenharia Civil	FC-4
Chefe da Consad/AUD/UIN	NS - Codevasf	Engenharia Civil	FC-4
ADR 1 (UGE)	NS-Codevasf	Administração	Auditor (FG-4)
ADR 2 (UGE)	NS-Codevasf	Administração	Auditor (FG-4)
ADR 3 (UGE)	NS-Codevasf	Administração	Auditor (FG-4)
ADR 4 (UGE)	NS-Codevasf	Administração	Auditor (FG-4)
ADR 5 (UGE)	NS-Codevasf	Contabilidade	Auditor (FG-4)
ADR 6 (UGE)	NS-Codevasf	Contabilidade	NÃO
ADR 7 (UPR)	NS-Codevasf	Engenharia Civil	NÃO
ADR 8 (UPR)	NS-Codevasf	Engenharia Civil	Auditor (FG-4)
ADR 9 (UPR)	NS-Codevasf	Engenharia Civil	Auditor (FG-4)
ADR 10 (UPR)	NS-Codevasf	Agronomia	Auditor (FG-4)
ADR 11 (UPR)	NS-Codevasf	Administração	Auditor (FG-4)
ADR 12 (UIN)	NS-Codevasf	Administração	Auditor (FG-4)
ADR 13 (UIN)	NS-Codevasf	Administração	NÃO
ADR 14 (Consad/AUD)	NS-Codevasf	Administração	Auditor (FG-4)

Observação: ADR= Analista em Desenvolvimento Regional; NS= Nível Superior

Do corpo técnico da Consad/AUD, três analistas encontram-se sem a função de auditoria por terem ingressado na UAIG em 2025 sem experiência prévia na área. De acordo com os critérios estabelecidos no Plano de Funções Gratificadas da Codevasf, a designação

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

para a função gratificada exige comprovação mínima de dois anos de atuação em atividades de auditoria ou correlata.

Além disso, dois Analistas em Desenvolvimento Regional (ADR) lotados na Consad/AUD/UIN desempenham atividades de suporte às ações de Auditoria Interna, colaborando no atendimento às demandas de órgãos de controle e na apuração de denúncias encaminhadas à Unidade. Outro ADR, lotado na Consad/AUD, presta assessoramento direto à chefe da Auditoria, elaborando relatórios gerenciais e realizando atividades administrativas diversas.

Os ADRs lotados nas unidades Consad/AUD/UGE e Consad/AUD/UPR atuam diretamente na execução dos trabalhos de auditorias, podendo os respectivos chefes das unidades compor equipes como coordenadores ou supervisores. A supervisão geral das atividades desenvolvidas no âmbito da Auditoria Interna é de responsabilidade da Chefe da Auditoria, a quem compete a condução e o acompanhamento dos trabalhos realizados no âmbito da Consad/AUD.

Do quadro apresentado, observa-se que não há, atualmente, na equipe da Auditoria Interna, profissional com formação ou especialização em Tecnologia da Informação (TI). Essa lacuna representa uma limitação para composição de equipes de auditoria destinadas à avaliação de sistemas informatizados, segurança da informação ou governança de TI. Como medida de aprimoramento, poderá ser solicitada à alta administração a alocação de profissional com formação em TI para compor equipe da Auditoria Interna, de forma permanente ou temporária, conforme a disponibilidade e o planejamento de pessoal. Alternativamente, poderá ser considerada, em contratações futuras, a priorização de consultor na área.

2.3 Alocação da força de trabalho

Em relação às horas disponíveis para o exercício de 2026, o cálculo foi realizado considerando os dias úteis efetivamente disponíveis para trabalho, sendo descontados além de finais de semanas e feriados os abonos e recessos previstos na Empresa. Dessa forma, chegou-se ao total de 213,5 dias úteis.

Em seguida, com base na carga horária contratual de cada empregado (8h ou 6h), em seu histórico de licenças médicas e na previsão de 80 h de capacitação, foram procedidos os devidos descontos para estimar a capacidade operacional individual ao longo do ano.

A seguir, apresenta-se a tabela demonstrativa da força de trabalho prevista para a Auditoria Interna (Consad/AUD) no exercício de 2026, contemplando a estimativa de dias úteis, os períodos de férias, abonos e licenças, bem como o total de dias e horas disponíveis para atuação, desconsiderando as horas destinadas à capacitação.

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Tabela 1 – Força de trabalho da Consad/AUD – Exercício de 2026

Empregado por cargo/função	Total de H/H
Chefias	6.356
Audidores e ADRs sem função	18.388
Total	24.744*

Observação: *total não inclui as horas de capacitação.

2.4 Orçamento

No processo de orçamentação da UAIG, é fundamental o conhecimento do custo de cada serviço, considerando:

- A mão de obra dos colaboradores, incluindo salários, encargos e demais custos associados à força de trabalho necessária para a execução das atividades;
- Os insumos envolvidos, abrangendo despesas administrativas e de tecnologia da informação, conforme a estrutura disponibilizada à UAIG;
- Os gastos com deslocamentos, tais como diárias, passagens para a realização dos serviços de auditoria;
- Os investimentos em capacitação, incluindo cursos, seminários, congressos, simpósios e eventos correlatos, além de diárias e passagens, quando aplicável.

2.4.1 Custeio de Pessoal

Os custos relacionados ao pagamento de pessoal lotado na Consad/AUD estão compreendidos no orçamento da Codevasf. O cálculo considerou a remuneração dos colaboradores, os encargos sociais incidentes e os benefícios concedidos em agosto/2025, resultando em um custo mensal demonstrado na tabela abaixo. O custo anual foi estimado multiplicando-se o valor mensal de referência pelo número de meses do exercício com o adicional de 13º salário, totalizando R\$ 7.039.774,04.

Tabela 2 – Custo fixo da força de trabalho da Consad/AUD

Empregado por cargo/função	Custo R\$/mês
Chefias	164.247,38
Audidores	336.798,03
ADRs sem função	40.475,67
Total geral mês	541.521,08
Total geral ano	7.039.774,04

Fonte: Unidade de Cadastro e Pagamento – AA/GGP/UCP

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

2.4.2 Aquisições e demais despesas administrativas

Para o exercício de 2026, não é prevista a aquisição de equipamentos, soluções de software ou contratações de serviços para auxílio nas atividades de auditoria interna.

2.4.3 Custeio das capacitações

A IN SFC nº 05/2021 estabelece uma carga horária mínima de 40 horas anuais de capacitação para os auditores internos governamentais, incluindo o Auditor-Chefe da unidade, com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar os conhecimentos e as capacidades da equipe por meio do desenvolvimento técnico e profissional contínuo.

Para o exercício de 2026, considerando a capacidade operacional da Unidade de Auditoria, foi estabelecido um mínimo de 80 horas de capacitação, com foco no aperfeiçoamento dos fundamentos das técnicas de auditoria, alinhadas aos objetos a serem auditados ao longo do ano. Também está prevista a capacitação de três auditores no curso CIA 1 do Instituto dos Auditores Internos (IIA), com a meta de certificar ao menos dois auditores até o final de 2026. Além disso, está prevista a participação de auditores no Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI) e em outros eventos, como o Encontro Nacional de Controle Interno, promovido pelo CONACI, e o Encontro Nacional de Auditoria de Obras Públicas (ENAOP). A tabela a seguir detalha as capacitações previstas, com valores estimados com base nos custos levantados em novembro/2025.

Tabela 3 – Previsão de investimentos em capacitações

Instituição Promotora	Capacitação	Inscrição (R\$)	Diárias e passagens (R\$)	Qtde	Custo (R\$)
IIA Brasil	CIA 1	3.500,00	-	3	10.500,00
IIA Brasil	Audi 2 EOP	2.500,00	-	6	15.000,00
IIA Brasil	46º Conbrai – On line	2.800,00	-	2	5.600,00
IIA Brasil	46º Conbrai – Presencial	4.800,00	2.440,00	2	14.480,00
IIA Brasil	Data Analytics	2.500,00	-	4	10.000,00
IIA Brasil	XXX Congresso Latino-americano de Auditoria Interna (CLAI 2026)	4.000,00	2.440,00	2	12.880,00
Conaci	XXII Encontro Nacional de Controle Interno	-	3.500,00	2	7.000,00
ENAOP	Encontro Nacional de Auditoria de Obras Públicas	4.000,00	2.640,00	2	13.280,00
IBGP	Governança Corporativa	1.984,00	-	1	1.984,00

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Instituição Promotora	Capacitação	Inscrição (R\$)	Diárias e passagens (R\$)	Qtde	Custo (R\$)
	nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar				
One Cursos	Auditoria de Obras Públicas e Responsabilização de Agentes Públicos.	3.390,00	-	3	10.170,00
IIA	Associação ao IIA	220,00	-	18	3.960,00
IBRAOP	Associação ao IBRAOP	200,00	-	6	1.200,00
Total ano					R\$ 106.054,00

2.4.4 Custeio de passagens e diárias

Além das diárias e passagens apresentadas na Tabela 3, está prevista para 2026 a realização de três ações de auditoria (item 7.1 deste documento) que exigirão deslocamento para trabalho de campo. A tabela a seguir detalha esses deslocamentos, com valores estimados com base nos custos de diárias e passagens realizadas em trabalhos anteriores.

Tabela 4 – Custo estimado de passagens e diárias para a realização das ações de auditoria

Objeto	Diárias R\$	Passagens R\$	Custo/Auditor R\$	Qtde.	Custo R\$
Infraestrutura Urbana	2.513,62	2.550,00	5.063,62	2	10.127,24
Infraestrutura Hídrica	2.513,62	2.700,00	5.123,62	2	10.427,24
Mecanização e Modernização	2.513,62	1.900,00	4.413,62	2	8.827,24
Total					29.381,72

2.4.5 Custo total

A partir das informações apresentadas nos subitens 2.4.1 a 2.4.4, é possível estimar o custo total da Consad/AUD para 2026, oferecendo subsídios para decisões relacionadas à alocação da força de trabalho.

Os gastos com pessoal, infraestrutura administrativa e tecnologia da informação estão contemplados no orçamento da empresa e são gerenciados pela Área de Administração e Tecnologia (AA). Por sua vez, a Presidência assegura os recursos destinados à Consad/AUD

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

para cobrir deslocamentos em atividades de auditoria e capacitações, englobando contratações de cursos, diárias e passagens.

O custo anual estimado é de R\$ 7.175.209,76, considerando uma disponibilidade de 26.184 homens-horas (hh), conforme detalhado na tabela abaixo.

Tabela 5 – Custo total estimado para 2026

Custo	Valor Anual R\$	Percentual
Força de trabalho (remuneração, encargos e benefícios)	7.039.774,04	98,11%
Capacitações (inscrição, diárias e passagens)	106.054,00	1,48%
Diárias e passagens (serviços de auditoria)	29.381,72	0,41%
Total	7.175.209,76	100,00%

3. UNIVERSO DE AUDITORIA

O universo de auditoria compreende um conjunto de objetos passíveis de ações de auditoria. Além dos objetos vinculados às auditorias obrigatórias e àquelas selecionadas com base na expectativa da Alta Administração, serão também contemplados os objetos identificados nas avaliações baseadas em riscos, em consonância com a metodologia adotada por esta Consad/AUD, detalhada no Apêndice deste documento.

Os objetos auditáveis decorrentes das avaliações baseadas em riscos estão diretamente relacionados aos macroprocessos da Cadeia de Valor Integrada da Codevasf, aprovada pela Resolução nº 1099, de 25/09/2025. A Codevasf possui ainda a Metodologia de Gestão de Processos de Negócio e o Guia de Modelagem de Processos de Negócios, ambos aprovados pela Resolução nº 031, de 08/01/2025, que orientam a estruturação e o mapeamento dos processos organizacionais. Foram priorizados 26 processos para a realização do mapeamento, sendo 3 processos gerenciais, 10 finalísticos e 13 de suporte.

3.1 Macroprocessos e Processos da Cadeia de Valor da Codevasf

Os processos de negócio, identificados a partir da Cadeia de Valor Integrada da Codevasf, estão organizados em três eixos: Gerenciais, Finalísticos e de Suporte. Ao todo, são 21 macroprocessos, sendo 5 gerenciais, 8 finalísticos e 8 de suporte, que se desdobram em 24 processos gerenciais, 17 finalísticos e 29 de suporte. Esses 70 processos específicos representam as principais atividades voltadas ao cumprimento da missão institucional da Codevasf.

Os macroprocessos e processos compõem o Universo de Auditoria da Codevasf, constituindo os objetos passíveis de avaliação baseada em risco pela Auditoria Interna. Ressalta-se que a denominação dos objetos auditáveis mantém correspondência com os

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

macroprocessos de negócio, conforme elencados no quadro a seguir. Salienta-se, ainda, que dentre os processos específicos, o processo 1.5.6 contempla os serviços de auditoria.

Esses macroprocessos não estão associados à avaliação de riscos da empresa, conforme relatado no subitem 4.1 deste documento.

Quadro 2 – Universo de Auditoria

Tipo de Macroprocesso	Macroprocesso	Processo
1 - Gerencial	1.1 Gestão Estratégica	1.1.1 Gerenciar o Planejamento Estratégico
		1.1.2 Gerir Prestações de Informações Institucionais
		1.1.3 Planejar o Orçamento Institucional
		1.1.4 Acompanhar o Orçamento Institucional
	1.2 Gestão do Desenvolvimento Institucional	1.2.1 Gerenciar Processos de Negócio
		1.2.2 Gerenciar os Instrumentos Normativos
		1.2.3 Gerenciar Portfólio de Projetos
	1.3 Gestão da Informação Corporativa	1.3.1 Gerenciar a Documentação Corporativa
		1.3.2 Gerenciar a Informação Bibliográfica
		1.3.3 Gerenciar o Acesso à Informação
		1.3.4 Gerenciar a Segurança da Informação e Comunicações
		1.3.5 Realizar a Gestão Geotecnológica de Dados e Informações
		1.3.6 Gerenciar Dados Corporativos
	1.4 Gestão da Comunicação Institucional	1.4.1 Gerenciar a Comunicação Institucional
		1.4.2 Realizar a Promoção Institucional
		1.4.3 Gestão de Demandas de Órgãos Externos
	1.5 Governança Corporativa, Riscos e Integridade	1.5.1 Gerenciar Riscos e Controles Internos
		1.5.2 Gerenciar Índices de Governança
		1.5.3 Gerenciar Apurações Correcionais
		1.5.4 Promover a Ética e Integridade Institucional
1.5.5 Gerenciar Manifestações de Ouvidoria		
1.5.6 Prestar Serviços de Auditoria Interna		
1.5.7 Assessorar a Alta Administração		
1.5.8 Prestar Suporte aos Órgãos Colegiados		
2 - Finalístico	2.1 Infraestrutura Hídrica	2.1.1 Realizar Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica
		2.1.2 Realizar e Coordenar a Implantação de Infraestrutura Hídrica
		2.1.3 Realizar a Gestão das Barragens da Codevasf
	2.2 Gestão dos Empreendimentos de Irrigação	2.2.1 Operar e Manter os Empreendimentos de Irrigação
		2.2.2 Recuperar e Modernizar os Empreendimentos de Irrigação
		2.2.3 Realizar Ações de Apoio à Produção da Agricultura Irrigada
		2.2.4 Promover economicidade e eficiência energética nos empreendimentos
	2.3 Revitalização de Bacias Hidrográficas	2.3.1 Desenvolver Programas, Estudos e Projetos de Recuperação Hidroambiental.
	2.4 Infraestrutura Urbana	2.4.1 Realizar Estudos e Projetos de Infraestrutura Urbana
		2.4.2 Realizar e Coordenar a Implantação de

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Tipo de Macroprocesso	Macroprocesso	Processo
		Infraestrutura Urbana
		2.4.3 Realizar Obras de Qualificação Viária
	2.5 Desenvolvimento Territorial	2.5.1 Implementar Ações Voltadas para o Desenvolvimento da Economia Sustentável
		2.5.2 Promover o Desenvolvimento e o Fortalecimento da Pesca e Aquicultura
	2.6 Mecanização e Modernização	2.6.1 Implementar Ações e Programas de Modernização Urbana e Rural
	2.7 Saneamento e Acesso à Água	2.7.1 Implementar Projetos e Obras Estruturantes de Saneamento
		2.7.2 Implementar Ações de Acesso à Água e Esgotamento Rural
	2.8 Parcerias e Investimentos	2.8.1 Gerenciar Ações com o Objetivo de Desenvolver Modelos de Atuação por Meio de Concessões
3 Suporte	3.1 Gestão de Pessoas	3.1.1 Gerenciar Seleção de Pessoas
		3.1.2 Gerenciar o Desenvolvimento de Pessoas
		3.1.3 Gerenciar Folha de Pagamento, Direitos e Benefícios
		3.1.4 Gerir Relações de Trabalho
		3.1.5 Gerir Saúde e Segurança do Trabalho
	3.2 Gestão de Logística	3.2.1 Administrar Serviços Gerais
		3.2.2 Administrar o Armazenamento e o Desfazimento de Material
	3.3 Gestão do Patrimônio	3.3.1 Realizar a Gestão dos Imóveis Rurais e Urbanos
		3.3.2 Administrar Obras e Manutenção Predial
		3.3.3 Realizar a Gestão Patrimonial
	3.4 Gestão de Tecnologia da Informação	3.4.1 Gerir o Planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
		3.4.2 Entregar e Manter Soluções de TIC
		3.4.3 Gerenciar Infraestrutura de Tecnologia da Informação
		3.4.4 Gerenciar o Suporte a Serviços de TIC
	3.5 Gestão da Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	3.5.1 Administrar a Execução Financeira
		3.5.2 Gerenciar Créditos não Tributários
		3.5.3 Realizar a Execução Orçamentária
		3.5.4 Gerenciar a Execução Contábil
		3.5.5 Gerenciar a escrituração e revisão contábil
		3.5.6 Gerenciar Transferências de Recursos e Parcerias Institucionais
		3.5.7 Verificar a Conformidade dos Registros de Gestão
	3.6 Gestão da Segurança Jurídica e Soluções de Litígios	3.6.1 Subsidiar a Defesa da Organização
		3.6.2 Controlar a Legalidade dos Atos Administrativos
	3.7 Gestão de Contratações	3.7.1 Contratar Bens e Serviços
		3.7.2 Gerir Contratações
		3.7.3 Realizar a Gestão de Custos e Orçamentação
	3.8 Gestão Ambiental e Fundiária	3.8.1 Realizar a Regularização Ambiental
		3.8.2 Realizar a Regularização Fundiária de Áreas e Outros Empreendimentos
		3.8.3 Regularizar a Ocupação dos Projetos Públicos de Irrigação

Fonte: Cadeia de Valor da Codevasf

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

3.2 Obrigações Normativas e Legais

Os trabalhos exigidos por normativos específicos incluem auditorias na entidade responsável pela administração dos planos de previdência complementar, na Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da Codevasf e nos processos e controles internos relacionados às demonstrações financeiras. As auditorias obrigatórias previstas são:

- Entidade Fechada de Previdência Complementar (Fundação São Francisco de Seguridade Social), em atendimento ao art. 2º da Resolução CGPAR/ME nº 38/2022.
- Avaliação dos processos e controles internos relativos às Demonstrações Financeiras, em conformidade com o inciso II, §3º, art. 9º da Lei nº 13.303/2016 e o inciso II, art.17 do Decreto nº 8.945/2016.
- Análise da conformidade dos valores pagos aos Dirigentes e Conselheiros da Codevasf 2025-2026, em atendimento à alínea e, inciso V da Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17 de abril de 2024.
- Análise de conformidade do Programa de Remuneração Variável Anual – RVA 2025, em atendimento ao item 10 do Ofício Circular SEI nº 103/2024/MGI.
- Parecer de Auditoria Interna sobre a prestação de contas anual da entidade, conforme o art. 15, § 6º do Decreto nº 3.591/2000, e os artigos 15, 16 e 17 da Instrução Normativa SFC/CGU nº 5/2021.
- Parecer sobre Tomadas de Contas Especiais, conforme o art. 15, § 6º do Decreto nº 3.591/2000.
- Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), conforme os capítulos II e III da Instrução Normativa SFC/CGU nº 5/2021.

3.3 Atividades de Auditoria com fundamento em normativos internos

O Estatuto, as políticas e os normativos internos contemplam as seguintes atividades de auditoria, que, por essa razão, também estão previstas para execução no exercício de 2026:

- Monitorar o cumprimento e a implementação, pela Empresa, das recomendações ou determinações da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Conselho Fiscal, conforme inciso V do artigo 119 do Estatuto Social da Codevasf.
- Acompanhar e coordenar a implementação das diretrizes e estratégias aprovadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, conforme inciso IX do artigo 7º do Regimento Interno da Codevasf.

- Avaliar, de forma independente e objetiva, a adequação, eficácia e conformidade dos controles interno e processos relacionados às transações com partes relacionadas, contribuindo para o monitoramento exercido pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pela Administração da empresa, em conformidade com o artigo 9º da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf, aprovada pela Deliberação nº 58, de 16/12/2024.

4. AVALIAÇÃO DE RISCOS

4.1 Avaliação da maturidade da gestão de riscos e controles internos

Em relação aos riscos significativos aos quais a Codevasf está exposta, e aos processos de governança, gerenciamento de riscos e controle interno, destacam-se as atividades desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos da Empresa. Em conformidade com o art. 9º, inciso II da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, a Codevasf possui a Secretaria de Gestão de Riscos e Controle Interno (PR/SRC), com competências definidas no art. 122 do Estatuto Social da Empresa. Como principais normativos que estruturam o gerenciamento de riscos corporativos, destacam-se a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Codevasf (PGIRC), aprovada em maio/2018, e a Metodologia de Gerenciamento de Riscos e Controles Corporativos da Codevasf (MGIRC), em sua 2ª revisão, aprovada em fevereiro/2024, ambas disponíveis na página da Codevasf.

Por meio da Decisão nº 765/2020, rerratificada pela Decisão nº 073, de 20/01/2021, a Presidência determinou o início das operações de gerenciamento de riscos nas unidades orgânicas da Codevasf. De 2021 a 2025 foram realizados quatro ciclos de gerenciamento de riscos. No primeiro ciclo (2021 e 2022) contemplou áreas na sede da Empresa. O segundo, em 2023, abrangeu unidades de governança e duas Superintendências Regionais. O terceiro ciclo, em 2024, envolveu oito Superintendências Regionais, e o quarto ciclo, em 2025, contemplou as 11ª a 16ª Superintendências Regionais.

No relatório mais recente, relativo ao 3º Ciclo de Gerenciamento de Riscos e aprovado pela Deliberação nº 12/2025/Consad, a PR/SRC apresentou as atividades desenvolvidas nas Superintendências Regionais do Amapá, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, e o progresso das iniciativas de gerenciamento de riscos nessas Regionais.

Conforme a Metodologia de Gerenciamento de Riscos adotada pela Codevasf, as atividades do gerenciamento de riscos se desdobram nas etapas de entendimento do contexto, identificação dos riscos, análise e avaliação dos riscos, tratamento e resposta ao risco, além da definição de controles e artefatos de suporte. Os dados gerados são registrados

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

no Interisk, solução de Gestão de Gerenciamento de Riscos do tipo software adotada pela Codevasf.

Na etapa de entendimento do contexto, a Metodologia define como insumos os objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) vigente quando da análise dos riscos. Entretanto, observa-se que, na base de dados do Interisk, os eventos de risco não estão associados aos objetivos estratégicos do PEI, mas sim a macroprocessos que não correspondem aos macroprocessos da Cadeia de Valor Integrada da Codevasf, aprovada em 25/9/2025. Essa divergência é compreensível diante da recente aprovação da Cadeia de Valor, o que evidencia a necessidade de atualização dos procedimentos de gerenciamento de riscos da Empresa.

Os registros do Interisk somam 1.016 eventos de risco, sendo 127 classificados como “extremo” e 626 como “alto”. Diante desse quantitativo de registros identificados, a Auditoria Interna realizou a associação desses riscos aos macroprocessos e processos do universo de auditoria constantes da Cadeia de Valor, permitindo sua consideração como possíveis objetos de auditoria. O resultado encontra-se no Anexo I. A avaliação evidenciou concentração de riscos nos macroprocessos gerencial e de suporte, resultando em maior pontuação para esses processos em relação aos finalísticos, o que decorre da maior identificação de riscos pelos gestores nessas áreas.

Salienta-se, ainda, que a Empresa mantém cadastrados no Interisk os riscos constantes da Lista de Alto Risco da Administração Pública Federal 2024¹, elaborada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Contudo, não se verifica a devida associação desses riscos aos processos finalísticos, principalmente aqueles relacionados à qualificação viária (pavimentação). Essas inconsistências evidenciam baixa maturidade no gerenciamento de riscos da Codevasf.

Com relação aos controles internos, a Codevasf possui normativos específicos para diversos processos e atividades, como manuais de contratos, convênios e acompanhamento de serviços de pavimentação. Alguns encontram-se em revisão, como o manual de convênios, e outros em elaboração, como a Norma de Doações Programáticas. Tais normativos buscam mitigar riscos nos processos relevantes da Empresa. Entretanto, por serem instrumentos recentes ou em atualização, é natural a existência de uma curva de aprendizado entre os gestores da Sede e das 16 Superintendências Regionais, aspecto que deve ser considerado pela Auditoria Interna no planejamento individual das ações de auditoria de 2026.

Ressalta-se, ainda, que, conforme Relatório de Atividades da PR/SRC referente ao 1º semestre/2025, no 3º ciclo, realizado em 2024, foram iniciados os monitoramentos dos planos de tratamento, visando garantir a mitigação dos riscos identificados, sendo esses planos de responsabilidade das unidades orgânicas. Entretanto, o Relatório não apresenta informações sobre os resultados dos planos de ação iniciados em 2024, ou o destaque dos planos

¹ Consulta realizada em 14/11/2025 no endereço <https://sites.tcu.gov.br/listadealtorisco/>

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

relacionados a riscos que ultrapassam o apetite de risco institucional. Dessa forma, não é possível avaliar a efetividade dos planos com base nas informações disponibilizadas, o que reforça a necessidade de incluir esse aspecto no planejamento individual das ações de auditoria previstas para 2026.

4.2 Metodologia de Seleção dos trabalhos de auditoria com base em riscos

Para seleção dos objetos a serem auditados em 2026, e considerando a evolução do Gerenciamento de Riscos na identificação de riscos pelos gestores da Codevasf, bem como o quantitativo de registros existentes no Sistema Interisk, foram utilizados, neste Plano de Auditoria, os riscos cadastrados no sistema como base para a priorização dos processos a serem auditados em 2026.

Diante das distorções verificadas nos registros de riscos e da baixa maturidade no tratamento desses riscos, também foram considerados os riscos identificados e avaliados pela Consad/AUD em trabalhos de auditoria de exercícios anteriores, além daqueles apontados pelo Tribunal de Contas da União na 2ª Edição da Lista de Alto Risco da Administração Pública Federal - 2024. A metodologia aplicada para priorização dos objetos de auditoria com base no risco está detalhada na Metodologia de Seleção dos Trabalhos de Auditoria, apresentada no Apêndice.

4.3 Resultado dos Objetos Auditáveis com base em riscos

Considerando as observações sobre a metodologia utilizada na seleção das ações baseadas em risco (subitem 4.2 e Apêndice) e as particularidades identificadas durante o processo, é apresentado, no quadro abaixo, o resultado do ranqueamento dos objetos auditáveis para o exercício de 2026.

Tabela 6 – Hierarquização dos objetos de auditoria

Macroprocesso	Materialidade	Risco	Relevância	TOTAL
3.7 GESTÃO DE CONTRATAÇÕES	5,00	3,40	4,25	4,02
2.4 INFRAESTRUTURA URBANA	5,00	3,40	3,12	3,62
3.5 GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL	5,00	2,50	3,75	3,44
1.1 GESTÃO ESTRATÉGICA	5,00	3,60	2,20	3,39
2.1 INFRAESTRUTURA HÍDRICA	2,00	3,80	3,58	3,36
2.2 GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE IRRIGAÇÃO	3,00	2,60	3,67	3,05
1.5 GOVERNANÇA CORPORATIVA, RISCOS E INTEGRIDADE	1,00	2,90	3,80	2,84
1.2 GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	1,00	3,10	3,34	2,76
2.6 MECANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	5,00	2,60	1,45	2,68
2.7 SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA	4,00	2,60	1,51	2,50
3.3 GESTÃO DE PATRIMÔNIO	4,00	2,00	1,72	2,30
2.5 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	2,00	2,60	1,74	2,18

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Macroprocesso	Materialidade	Risco	Relevância	TOTAL
3.1 GESTÃO DE PESSOAS	2,00	1,20	3,48	2,16
2.3 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1,00	2,60	1,78	1,99
1.4 GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	1,00	2,60	1,76	1,99
3.8 GESTÃO AMBIENTAL E FUNDIÁRIA	2,00	1,00	2,98	1,89
2.8 PARCERIAS E INVESTIMENTOS	1,00	2,60	1,36	1,85
3.2 GESTÃO DE LOGÍSTICA	2,00	1,80	1,68	1,80
3.4 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1,00	1,00	3,01	1,70
1.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO CORPORATIVA	1,00	1,40	2,25	1,62
3.6 GESTÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA E SOLUÇÕES DE LITÍGIOS	1,00	1,40	2,04	1,54

A análise do ranqueamento dos objetos auditáveis para 2026 evidencia que os macroprocessos com maior relevância para auditoria estão concentrados nas áreas de gestão de contratos (3.7), infraestrutura urbana (2.4), execução orçamentária, financeira e contábil (3.5), gestão estratégica (1.1) e infraestrutura hídrica (2.1). Esses processos apresentam elevados índices de materialidade e risco, refletindo sua criticidade para a operação e governança da Codevasf, com destaque para os macroprocessos de infraestrutura urbana (2.4) e hídrica (2.1), que constam da Lista de Alto Risco da Administração Pública Federal 2024.

Observa-se que os macroprocessos relacionados a áreas finalísticas, como infraestrutura hídrica e gestão de empreendimentos de irrigação, também apresentam relevância significativa, embora com menor materialidade ou risco relativo. Por outro lado, processos de suporte, governança corporativa e integridade, apesar de possuírem menor materialidade, mantêm relevância devido à sua função estratégica no controle interno e mitigação de riscos organizacionais.

A priorização dos objetos auditáveis revela, portanto, uma concentração de atenção em macroprocessos que impactam diretamente na execução dos programas e objetivos institucionais, sem desconsiderar os riscos associados aos macroprocessos de suporte e governança. É relevante notar que macroprocessos como gestão de pessoas, logística, tecnologia da informação e comunicação institucional apresentam menor pontuação total, refletindo menor criticidade em termos de risco e materialidade, mas não podendo ser completamente desconsiderados em futuras auditorias.

5. AUDITORIA SELECIONADA NA EXPECTATIVA DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

A Alta Administração apresentou duas solicitações de ações de auditoria a serem realizadas em 2026. A primeira refere-se à avaliação dos Projetos Públicos de Irrigação (PPI) do Sistema Itaparica. A segunda consiste em uma consultoria com o objetivo de subsidiar a direção na identificação de oportunidades de aprimoramento na condução, operacionalização e gestão de imóveis, considerando os diversos pedidos de desafetação, doação e desmembramento de áreas de Perímetros Públicos de Irrigação.

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

6. PREMISSAS, RESTRIÇÕES E RISCOS

Para a realização das ações de auditoria nos macroprocessos e processos, foram adotadas as seguintes premissas: disponibilidade de auditores durante o exercício; possibilidade de viagens a campo em 2026; e consideração das ausências legais previstas, como férias, abonos, recessos, afastamentos médicos e licenças para capacitação.

As possíveis restrições para o desenvolvimento dos trabalhos incluem: indisponibilidade de recursos financeiros para verificação in loco da execução física dos instrumentos; não execução financeira de ações previstas no orçamento por motivos financeiros, técnicos, operacionais, climáticos e outros, que justifiquem a não realização de determinados trabalhos de auditoria; priorização de trabalhos excepcionais solicitados pela Alta Administração; e necessidade de capacitação específica para realizar algumas auditorias.

Para ampliar a capacidade de entrega de serviços de auditoria e o monitoramento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna, é identificado como necessário o reforço do quadro com mais um auditor na Unidade de Acompanhamento e Avaliação de Programas (UPR).

Os riscos operacionais relativos à execução do PAINT incluem:

- Riscos humanos: falhas na execução dos procedimentos ou inadequação da qualificação dos auditores; redução da equipe atualmente capacitada, o que pode impactar diretamente a execução e a qualidade das auditorias; carência de profissionais com perfil técnico em Tecnologia da Informação, podendo comprometer auditorias que dependam de TI.
- Riscos de processo: detalhamento insuficiente ou divergências entre o planejamento e a execução que possam comprometer a conclusão das auditorias.
- Riscos tecnológicos: limitações em equipamentos ou softwares que dificultem ou impossibilitem a execução de procedimentos e análises conclusivas.

Para mitigar esses riscos, são adotadas medidas como a revisão periódica do Plano Anual de Auditoria, gestão centralizada do cronograma e priorização dos trabalhos, e definição de Planos Individuais de Desenvolvimento para aprimorar a qualificação do corpo técnico. Essas ações contribuem para o tratamento de ameaças e oportunidades, otimizando a alocação de recursos e definindo o melhor período para a execução das atividades.

7. PROGRAMAÇÃO ANUAL

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

7.1 Serviços de Auditoria

Para o exercício de 2026, foram programados 17 serviços de auditoria, distribuídos entre avaliações obrigatórias (pareceres e outras análises obrigatórias), auditorias baseadas em riscos e demandas da Alta Administração.

Avaliações obrigatórias (Pareceres de avaliação):

- Prestação de Contas Anual;
- Tomadas de Contas Especiais (TCEs);
- Remuneração Variável dos Administradores (RVA);
- Análise da Conformidade dos valores pagos aos Dirigentes e Conselheiros;

Auditorias obrigatórias (análises adicionais) e outros:

- Processo de elaboração das Demonstrações Financeiras (2025-2026);
- Matriz de riscos das contas contábeis;
- Gestão e governança da Fundação São Francisco de Seguridade Social (FSFSS);
- Transações com Partes Relacionadas (TPR).
- Análise dos informes e alertas do sistema Alice da CGU (auditoria contínua)

Auditorias baseadas em risco:

- Planejamento e execução orçamentária;
- Gestão de contratações;
- Gestão da Infraestrutura urbana;
- Gestão da Infraestrutura hídrica;
- Gestão da Mecanização e modernização;

Demandas da Alta Administração:

- Projetos Públicos de Irrigação do Sistema Itaparica.
- Consultoria em gestão ambiental e fundiária, incluindo análise de desafetação, doação e desmembramento de áreas de Perímetros Públicos de Irrigação.

A Tabela 7 apresenta os objetos de auditoria, seus objetivos e a carga horária prevista para cada trabalho (HH), totalizando **14.136 HH**.

Tabela 7– Serviços de auditoria - PAINT 2026

Ação	Tipo de Avaliação	Objeto de Auditoria	Objetivo de Auditoria	Origem da Demanda	HH
1	Avaliação	Parecer sobre a análise	emitir opinião sobre a conformidade dos valores pagos	Obrigações Legais	51

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Ação	Tipo de Avaliação	Objeto de Auditoria	Objetivo de Auditoria	Origem da Demanda	HH
		conformidade dos valores pagos aos Dirigentes e Conselheiros da Codevasf – 2025-2026	e garantir o cumprimento dos limites globais e individuais de remuneração dos membros estatutários, referente ao período 2025-2026.		
2	Avaliação	Parecer sobre a RVA	Avaliar e apurar os resultados atingidos quanto ao Programa RVA, ao final do exercício, conforme competências definidas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016 e no estatuto social	Obrigações Legais	57
3	Avaliação	Parecer sobre a Tomada de Contas Especial (TCE)	Emitir opinião sobre o Relatório do Tomador de Contas, em processo de Tomada de Contas Especial.	Obrigações Legais	1789
4	Avaliação	Parecer sobre a Prestação de Contas Anual	Emitir opinião sobre a Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2025.	Obrigações Legais	61
5	Avaliação	Análise do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras	Avaliar o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras - 3º e 4º trimestre/2025	Obrigações Legais	718
6	Avaliação	Matriz de riscos das contas contábeis	Elaborar a matriz de riscos das contas contábeis a serem analisadas nas Demonstrações contábeis e financeiras no exercício de 2026	Obrigações Legais	180
7	Avaliação	Análise do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras	Avaliar o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras - 1º e 2º trimestre/2026	Obrigações Legais	718
8	Avaliação	Acompanhamento dos alertas gerados pela Ferramenta Alice (auditoria contínua)	Avaliar os informes e alertas da Ferramenta, com análise da conformidade de licitações relevantes	Outros	129
9	Avaliação	Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS	Verificar o cumprimento das Resoluções CGPAR nº 37/2022 e 38/2022.	Obrigações Legais	822
10	Avaliação	Gestão do Processo de Transações com Partes Relacionadas	Avaliar as transações com partes relacionadas realizadas entre 2025 e 2026.	Obrigações Legais	1353
11	Avaliação	Gestão do Planejamento e da execução orçamentária	Avaliar o planejamento e a execução do orçamento da Codevasf (2025-2026).	Avaliação de Riscos	877
12	Avaliação	Gestão de Contratações	Avaliar a gestão das contratações, referente aos exercícios de 2025 e 2026.	Avaliação de Riscos	986

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Ação	Tipo de Avaliação	Objeto de Auditoria	Objetivo de Auditoria	Origem da Demanda	HH
13	Avaliação	Gestão da Infraestrutura Urbana	Avaliar a gestão da Codevasf na execução de obras de infraestrutura Urbana, observando a conformidade dos serviços executados ante as especificações técnicas dos projetos e das normas técnicas aplicáveis, referente ao período de 2025/2026.	Avaliação de Riscos	1534
14	Avaliação	Gestão da Infraestrutura Hídrica	Avaliar a gestão da Codevasf na execução de obras de infraestrutura Hídrica, observando a conformidade dos serviços executados ante as especificações técnicas dos projetos e das normas técnicas aplicáveis, referente ao período de 2025/2026.	Avaliação de Riscos	1325
15	Avaliação	Gestão da Mecanização e Modernização	Avaliar as ações voltadas à mecanização agrícola e modernização de estruturas urbanas e rurais, com foco no fortalecimento produtivo e na eficiência das comunidades atendidas, referente ao período de 2025/2026.	Avaliação de Riscos	1006
16	Avaliação	Sistema de Irrigação Itaparica	Avaliar a gestão dos Projetos Públicos de Irrigação (PPI) do sistema Itaparica.	Alta Administração	1072
17	Consultoria	Gestão Ambiental e Fundiária	Subsidiar a Direção, quanto a identificação de possibilidades de aprimoramento na condução, operacionalização e gestão dos imóveis, considerando os diversos pedidos de desafetação, doação e desmembramento de áreas de Perímetros Públicos de Irrigação	Alta Administração	1458
Total					14136

A versão completa, com detalhamento integral dos trabalhos de auditoria a serem desenvolvidos, encontra-se no Anexo II.

7.2 Monitoramento das Recomendações

O monitoramento abrange a análise das providências adotadas pelos gestores para o atendimento das recomendações emitidas pela Consad/AUD tanto em 2026 quanto em exercícios anteriores.

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Também integra essa atividade o acompanhamento ações adotadas pelos gestores da Codevasf em resposta às recomendações da Controladoria Geral da União. As determinações, recomendações e ciências das deliberações do TCU são monitoradas pelo Gabinete da Presidência, por meio do sistema Conecta-TCU, cabendo à Consad/AUD realizar o acompanhamento mensal com base na planilha encaminhada pela Presidência contendo o status das demandas daquela Corte de Contas.

Trimestralmente, é elaborado Relatório Gerencial das atividades de Auditoria Interna, que consolida o acompanhamento das recomendações da Consad/AUD, CGU e TCU e outras informações sobre as ações da UAIG. Esse relatório é encaminhado ao COAUD e aos Conselhos de Administração e Fiscal da empresa. A distribuição da alocação de 2709 horas encontra-se apresentada na tabela a seguir.

Tabela 8 – Alocação de horas para Monitoramento das recomendações Consad/AUD e CGU

Monitoramento de Recomendações	HH
Monitoramento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna	1.510
Monitoramento das recomendações emitidas pela CGU	1.199
TOTAL	2.709

7.3 Gestão e Melhoria da Qualidade e Modelo IA-CM

O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) da Auditoria Interna da Codevasf, aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa, por meio da Deliberação nº 40, de 30/8/2021, tem como objetivo estabelecer atividades permanentes para avaliar a qualidade, gerar informações gerenciais e promover a melhoria contínua da atividade da Consad/AUD.

O PGMQ constitui um processo essencial para que os gestores avaliem a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, estando diretamente alinhado aos processos chaves do *Internal Audit Capability Model* (IA-CM), utilizado como referência pela Consad/AUD. O IA-CM é uma ferramenta que permite mensurar o nível de capacidade da UAIG e orientar sua evolução de nível inicial para estágios mais avançados de maturidade.

Como meta para 2026, a Consad/AUD pretende implementar e institucionalizar os *Key Process Areas* (KPA) correspondentes do Nível 3 do IA-CM. Alcançar esse nível significa que a Auditoria Interna da Codevasf estará atuando, em sua totalidade, em conformidade com as práticas internacionais de auditoria definidas no *International Professional Practices Framework* (IPPF) do *The Institute of Internal Auditors* (IIA).

Para execução das atividades relacionadas ao PGMQ e ao IA-CM ao longo de 2026, estima-se a necessidade de 1.263 hh.

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

7.4 Levantamento de informações para Órgãos de Controle

Esta atividade refere-se à organização e ao fornecimento de dados e informações solicitados por órgãos de controle interno e externo. As solicitações podem originar-se da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). A atuação da Consad/AUD abrange tanto a elaboração das respostas quanto o apoio técnico aos gestores da empresa, incluindo a participação em reuniões, atendimentos específicos e demais eventos relacionados a essas instituições. Para execução dessa atividade em 2026 foi prevista a alocação de 158 horas.

7.5 Gestão Interna

A gestão interna compreende o conjunto de atividades administrativas e estratégicas necessárias para assegurar a operação eficaz da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG). Envolve tanto a alocação de horas destinadas a serviços de apoio administrativo quanto a realização de atividades técnicas voltadas à gestão, coordenação e supervisão das ações da unidade.

Entre essas atividades, incluem-se a elaboração de relatórios trimestrais para os Conselhos de Administração e Fiscal e para o Comitê de Auditoria Estatutário, a produção de informações gerenciais a esses órgãos e à Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Abrange também o suporte aos processos internos da Consad/AUD, que incluem, entre outros: elaboração do PAINT, incluindo a revisão da metodologia para construção do Plano, a elaboração do RAIN, revisão do Plano de Negócios da Auditoria Interna, a atualização do Regimento Interno da Consad/AUD, elaboração de relatórios de acompanhamento das Resoluções CGPAR e o aprimoramento de demais instrumentos normativos e operacionais.

Na gestão da Consad/AUD estão compreendidas as atividades do Chefe da Auditoria Interna e também dos chefes de unidade, juntamente com atividades de divulgação da Auditoria, como a participação do IIA MAY realizada pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil.

Para o exercício de 2026, foram alocadas 5.887 hh para a execução das atividades de gestão interna, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 9 – Alocação de Horas das Atividades de Gestão Interna da Consad/AUD

Gestão Interna	HH
Gestão da Consad/AUD	1520
Elaboração de relatórios trimestrais para o CONSAD, COAUD e CONFIS	683
Elaboração de informações gerenciais	1500
Elaboração do PAINT2027, incluindo a revisão da metodologia para construção do Plano	572
Elaboração do RAIN2026	291

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Gestão Interna	HH
Elaboração de relatórios de acompanhamento das Resoluções CGPAR	528
Elaboração de relatórios trimestrais MIDR e outras demandas da AECI	132
Elaboração e Revisão de normativos	661
TOTAL	5887

7.6 Capacitação

Considerando o disposto na IN CGU nº 05/2021 e em complemento às disposições da Portaria CGU nº 2.821/2024, quando às necessidades de capacitação foram alocadas 1.440 hh de capacitação do corpo técnico, no total 18 colaboradores, sendo composto por 4 chefias, 11 auditores e 3 Analistas de Desenvolvimento Regional sem função de auditor.

7.7 Reserva Técnica

A Reserva Técnica destina-se a atender demandas extraordinárias que surgem durante a execução do PAINT, incluindo solicitações da Alta Administração ou demandas pontuais, como apuração de denúncias. Também pode ser utilizada para absorver ajustes entre o planejamento e a execução.

Para 2026, foi alocada 591 hh à Reserva Técnica, previstas para atendimento dessas demandas extraordinárias.

7.8 Outros

Para o presente PAINT, todas as atividades foram distribuídas de forma adequada, sem a necessidade de recorrer à categoria “Outros”.

7.9 Consolidação da Programação Anual

O resumo das categorias de atividades e alocação de horas da força de trabalho da Consad/AUD são apresentadas no quadro a seguir.

Tabela 10 – Alocação da força de trabalho por atividades

ATIVIDADES	HH previsto	Percentual previsto
Serviços de Auditoria	14136	53,99%
Análise da conformidade dos valores pagos aos Dirigentes e Conselheiros da Codevasf 2025-2026	51	0,19%
Análise de conformidade do Programa de Remuneração Variável Anual – RVA 2025 e avaliação do cumprimento das metas.	57	0,22%
Parecer da Auditoria Interna sobre a Tomada de Contas Especial	1789	6,83%
Parecer sobre Prestação de Contas Anual	61	0,23%
Análise do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras	718	2,74%
Matriz de riscos das contas contábeis	180	0,69%

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

ATIVIDADES	HH previsto	Percentual previsto
Análise do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras	718	2,74%
Análises dos informes do Sistema Alice-CGU	129	0,49%
Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS	822	3,14%
Transações com Partes Relacionadas	1353	5,17%
Planejamento e execução orçamentária	877	3,35%
Contratações	986	3,77%
Infraestrutura Urbana	1534	5,86%
Infraestrutura Hídrica	1325	5,06%
Mecanização e Modernização	1006	3,84%
Sistema de Irrigação Itaparica	1072	4,09%
Gestão Ambiental e Fundiária	1458	5,57%
Monitoramento de Recomendações	2709	10,35%
Monitoramento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna	1510	5,77%
Acompanhamento das diligências e demandas dos órgãos de controle	1199	4,58%
Gestão e Melhoria da Qualidade	1263	4,82%
Atividades do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade	270	1,03%
Acompanhamento dos planos de ação IA-CM - Nível 3	993	3,79%
Gestão Interna da UAIG	5887	22,48%
Elaboração e Revisão de Normativos	661	2,52%
Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT 2025)	291	1,11%
Elaboração do PAINT 2027	572	2,18%
Elaboração de relatórios de acompanhamento das Resoluções CGPAR	528	2,02%
Elaboração de relatórios trimestrais MIDR	132	0,50%
Gestão da Consad/AUD	1520	5,80%
Elaboração de Relatórios Trimestrais para os Conselhos	683	2,61%
Elaboração de Informações Gerenciais	1500	5,73%
Levantamento de Informações para órgãos de controle interno ou externo	158	0,60%
Capacitação dos Auditores	1440	5,50%
Reserva Técnica (demandas extraordinárias)	591	2,26%
Outros	0	0
TOTAL	26184	100,00%

8. CONCLUSÃO

A principal atividade da Consad/AUD é a prestação de serviços de auditoria, refletida na programação de 17 trabalhos, que representam 53,99% da alocação da força de trabalho

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

disponível. Esses serviços abrangem auditorias decorrentes de obrigações normativas, auditorias selecionadas com base em análise de risco e demandas específicas da Alta Administração. A maior parte dos trabalhos programados é do tipo Avaliação, havendo ainda uma auditoria de consultoria a pedido da Alta Administração.

A Reserva Técnica foi dimensionada para absorver demandas extraordinárias da Alta Administração, conforme observado nos pedidos de auditorias especiais em exercícios anteriores, bem como na apuração de denúncias.

Em 2026, as equipes de auditoria serão incentivadas a utilizar recursos de inteligência artificial (IA) com o objetivo de otimizar os trabalhos. Embora essa adoção demande, inicialmente, maior alocação de horas devido à fase de testes e adaptação, espera-se que a ferramenta contribua para a racionalização e maior eficiência das atividades ao longo do exercício.


Os trabalhos de auditoria foram organizados em períodos de aproximadamente quatro meses, garantindo maior regularidade no cumprimento dos cronogramas e permitindo o rodízio entre os membros da equipe. Essa abordagem favorece o desenvolvimento de competências e o aprofundamento do conhecimento sobre as diferentes áreas da empresa.

As demais atividades — como monitoramento de recomendações, gestão da qualidade, atendimento a órgãos de controle, gestão interna, capacitações e a reserva técnica — ocorrem de forma contínua ou sazonal, representando 46,01% da carga horária disponível.

Aplicando a metodologia disposta no item 2.4 deste Plano, o custo total das atividades da Consad/AUD foi estimado em R\$ 7.175.209,76, considerando a disponibilidade de 26.184 horas, distribuídas da seguinte forma:

- 14.136 horas (53,99%) para serviços de auditoria;
- 2.709 horas (10,35%) para monitoramento de recomendações;
- 591 horas (2,26%) para reserva técnica;
- As demais horas (33,40%) foram destinadas a capacitações, gestão interna e outras atividades estratégicas.

O apoio da Alta Administração permanece essencial para assegurar os recursos orçamentários previstos neste Plano. Com as estratégias definidas e a expectativa de sua plena execução, a Consad/AUD reafirma seu compromisso em fornecer serviços de auditoria de qualidade, agregando valor à gestão e contribuindo efetivamente para o alcance dos objetivos estratégicos da Codevasf.

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA LOPES RODRIGUES DE SOUZA**
Data: 23/12/2025 15:17:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
MÁRCIA LOPES RODRIGUES DE SOUZA
Chefe da Auditoria Interna da Codevasf

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

APÊNDICE – METODOLOGIA PARA SELEÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA

A delimitação dos objetos a serem auditado considera a capacidade operacional da Consad/AUD para atender às demandas obrigatórias e à elaboração da matriz de riscos. A seguir, apresentam-se os dados levantados e a metodologia utilizada.

- **Capacidade Operacional**

A capacidade operacional é delimitada em relação as horas disponíveis pela equipe da Consad/AUD:

	Consad/AUD/UIIN		Consad/AUD/UGE		Consad/AUD/UPR		Consad/AUD		TOTAL
	Analista	Chefia	Analista	Chefia	Analista	Chefia	Analista	Chefia	
Quantidade	2	1	6	1	5	1	1	1	18
Capacidade Operacional Bruta*	3.003	1.716	9.394	1.708	8.075	1.700	1.660	1.660	28.916
Licenças	184	0	1.513	92	711	8	216	8	2.732
Capacidade Operacional	2.819	1.716	7.881	1.616	7.364	1.692	1.444	1.652	26.184
Capacitação mínima de 80h	160	80	480	80	400	80	80	80	1.440
Capacidade Operacional Efetiva	2.659	1.636	7.401	1.536	6.964	1.612	1.364	1.580	24.744

* Foram considerados os descontos de férias e abonos na capacidade operacional bruta

- **Seleção dos Objetos de Auditoria**

Após a definição da capacidade operacional e do universo de auditoria (vide subitem 2.2 e item 3 do PAINT), foram estabelecidos os critérios e procedimentos a serem adotados na avaliação dos objetos de auditoria.

Com a Cadeia de Valor da Codevasf, aprovada em 25 de setembro de 2025, que descreve o percurso das atividades da Empresa e organiza esses percursos em macroprocessos, que representam os principais processos de negócio, a seleção dos objetos de auditoria para o PAINT 2026 foi realizada com base nos 21 macroprocessos definidos na referida Cadeia de Valor. Na avaliação, foram aplicados os critérios de materialidade, risco e relevância, que englobam diversos fatores, cada um com pesos específicos, conforme detalhado a seguir.

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Tabela 11 – Critérios, fatores de avaliação e pesos

Critério	Peso	Fator de Avaliação	Peso
Materialidade	20%	Orçamentário/Financeiro	0,7
		Patrimonial	0,2
		De gestão	0,1
Risco	45%	Risco ao negócio	0,5
		Lapso entre auditorias	0,4
		Corregedoria	0,1
Relevância	35%	Interesse da gestão	0,4
		Interesse da auditoria interna	0,2
		Exigências de instâncias externas	0,3
		Ouvidoria	0,1

- **Critério Materialidade**

No critério de materialidade, foram consideradas as magnitudes orçamentária/financeira, patrimonial e de gestão. A magnitude orçamentária/financeira abrange como universo os valores constantes no orçamento da Empresa para 2025 (LOA 2025) e os valores inscritos em restos a pagar, ambos apurados na posição de 15/10/2025.

Para cada macroprocesso, a quantificação da materialidade considerou os valores associados aos seus processos constantes dos Planos Orçamentários da LOA, do Plano Anual de Negócio Preliminar de 2026, do Plano Anual de Contratações de 2025 e dos valores registrados, incluindo restos a pagar e valores do PAN 2024 (3ª Etapa).

A representatividade da materialidade de cada macroprocesso em relação ao universo da materialidade definido (LOA 2025 + RAP) foi demonstrada por meio do cálculo de sua proporção percentual sobre esse total. Em seguida, os macroprocessos foram enquadrados em 5 faixas de pontuação, variando até 5 pontos, conforme a tabela a seguir.

Tabela 12 – Classificação da materialidade dos macroprocessos.

Proporção em relação a LOA25+RAP	Pontos
Até 1%	1
De 1% até 5%	2
De 5% a 10%	3
De 10% até 15%	4
Acima de 15%	5

Salienta-se que a distinção entre os fatores decorre da natureza dos processos e macroprocessos. O fator orçamentário/financeiro refere-se aos processos finalísticos ou àqueles relacionados ao planejamento do orçamento das ações da Empresa. O fator patrimonial refere-se ao valor do patrimônio sob gestão da Codevasf, incluindo bens móveis e

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

imóveis. O fator de gestão abrange as atividades meio, tais como gestão contábil e financeira, licitações e gerenciamento de riscos.

- **Critério Risco**

Para o critério de risco, foram considerados três fatores: risco ao negócio, lapso entre auditorias e Corregedoria.

No fator **Corregedoria** (Consad/COR), os temas foram avaliados conforme a existência de registros de processos da Corregedoria relacionados aos processos e macroprocessos, utilizando uma escala de pontuação em três faixas:

- 1 - não há registros;
- 3 - existem processos de atividade meio; e
- 5 - existem processos de atividade fim.

O fator **Lapso entre auditorias** foi pontuado com base no tempo decorrido desde a última ação de auditoria sobre o tema.

Tabela 13 – Classificação do lapso temporal entre auditorias

Lapso temporal entre auditorias	Pontos
Tempo decorrido ≤ 1 ano	1
$1 < \text{tempo decorrido} \leq 2$	2
$2 < \text{tempo decorrido} \leq 3$	3
$3 < \text{tempo decorrido} \leq 4$	4
Tempo decorrido > 5 anos	5

Para o fator **Risco ao negócio**, em 13/10/2025 foi extraída a base de dados de riscos registrados pela Codevasf no sistema Interisk, sendo cada risco associado aos processos constantes da Cadeia de Valor da Codevasf. Na associação, foram consideradas as pontuações de impacto e probabilidade atribuídas pelos gestores durante as atividades de identificação de riscos, realizadas em conjunto com a PR/SRC.

Além disso, foram incorporadas as pontuações de impacto e probabilidade dos riscos identificados pela Consad/AUD nos trabalhos de auditoria realizados sobre macroprocessos e processos.

Ainda compõem o fator de risco ao negócio os riscos destacados pelo TCU, constantes da 2ª Edição da Lista de Alto Risco da Administração Pública Federal 2024², que incluem 4 riscos relativos a dois macroprocessos da Codevasf, sendo eles Infraestrutura hídrica, item 2.1, e Infraestrutura urbana, item 2.4. Para o primeiro, o TCU apontou o risco de uso de estudos e projetos de infraestrutura hídrica deficientes ou desatualizados, e risco de seleção e

² Consulta realizada em 14/11/2025 no endereço <https://sites.tcu.gov.br/listadealtorisco/>

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

priorização de investimentos em segurança hídrica sem utilizar critérios técnicos e objetos. Para o segundo, de infraestrutura urbana, foi apontado o risco de falhas na alocação de recursos em obras de pavimentação urbana e risco de fiscalização deficiente das obras de pavimentação urbana.

Definidos os riscos, foi realizada a avaliação de seus potenciais impactos e probabilidades de ocorrência, utilizando a escala de classificação do sistema Interisk, conforme apresentado a seguir.

A pontuação resultante, associada aos macroprocessos, foi então convertida em uma classificação em 5 faixas, conforme demonstrado a seguir. Ressalta-se que, para os macroprocessos com riscos incluídos na Lista de Alto Risco do TCU, foi aplicada a pontuação máxima.

Tabela 14 – Classificação dos riscos (I x P) acumulado

Impacto x Probabilidade Acumulado	Pontos
Baixo – até 650	1
Médio baixo – de 650 até 1.267	2
Médio – de 1.267 até 1.883	3
Médio alto – de 1.883 até 2.500	4
Alto – acima de 2.500 e Alto Risco TCU	5

Para a definição das notas relativas ao critério de risco, foram aplicados os pesos de cada fator aos resultados das notas correspondentes.

- **Critério Relevância**

No critério de relevância, foram considerados os fatores de interesse da gestão, interesse da auditoria interna, exigências de instâncias externas, vinculação ao PEI e Ouvidoria.

No fator **Ouvidoria**, os processos e macroprocessos foram classificados com base no tipo das demandas registradas pela Ouvidoria da Codevasf, conforme detalhado a seguir.

Tabela 15 – Classificação por tipo das demandas da Ouvidoria

Ouvidoria	Pontos
Nenhum registro	1
Registros referentes a atividades meio	3
Registros referentes a atividades finalísticas	5

No fator de **Exigências de Instâncias Externas**, os processos e macroprocessos foram classificados considerando a existência de demandas da Controladoria Geral da União ou do Tribunal de Contas da União relacionadas aos processos da Codevasf, classificadas na escala a seguir.

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Tabela 16 – Classificação por demandas externas

Exigências de Instâncias Externas	Pontos
Não houve demanda	1
Demandas da Controladoria Geral da União	3
Demandas do Tribunal de Contas da União	5

No fator de **Interesse da Auditoria Interna**, os processos foram avaliados pelos auditores da Consad/AUD com base no grau de interesse, experiência e conhecimento nos processos destacados. As notas atribuídas aos processos foram utilizadas para classificar os macroprocessos, atribuindo-se a cada macroprocesso a maior nota de seus processos associados. A pontuação foi distribuída nas seguintes faixas.

Tabela 17 – Classificação por interesse da auditoria

Interesse da Auditoria Interna	Pontos
Baixo	1
Médio baixo	2
Médio	3
Médio alto	4
Alto	5

No fator de **Interesse da Gestão**, os macroprocessos foram classificados com base na manifestação dos gestores das áreas da Codevasf. Foi solicitada aos gestores a apresentação de sugestões de ações de auditoria a serem realizadas nos processos da Codevasf, tendo a Consad/AUD recebido contribuições de 26 unidades. As manifestações associadas aos processos foram pontuadas de acordo com o quantitativo de sugestões apresentadas, sendo atribuída pontuação máxima às solicitações apresentadas pelo Gabinete da Presidência da Codevasf, destacando a prioridade de atendimento às demandas da alta administração.

Tabela 18 – Classificação de acordo com o interesse dos gestores

Interesse da Gestão	Pontos
Nenhuma manifestação	1
Até 10	2
De 11 a 20	3
Acima de 20	4
Manifestação da Alta Administração	5

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

- **Classificação e Seleção dos Objetos de Auditoria**

Após a avaliação, os resultados dos três critérios (materialidade, risco e relevância) foram multiplicados pelos respectivos pesos (ver Tabela 11) para gerar a priorização (ranking) dos objetos de auditoria, classificados por macroprocessos da maior para a menor pontuação, conforme apresentado tabela 6.

Com base nesta priorização e considerando a capacidade operacional disponível na Auditoria Interna, foram selecionados os objetos a serem incluídos no Plano Anual de Auditoria 2026 (Item 7).

A metodologia aplicada pela Auditoria Interna é dinâmica. À medida que a gestão de riscos da Codevasf evolui e os registros das atividades de gestão relativas aos processos e macroprocessos da Codevasf amadurecem, a Consad/AUD revisará a sistemática de priorização dos objetos de auditoria, com o objetivo de selecionar objetos de auditoria relevantes para a Codevasf e permitindo a realização de trabalhos que agreguem maior valor à gestão da Empresa.

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Anexo I- Avaliação dos Riscos Associados

Macroprocesso	Processo	INTERISK	Riscos Consad/AUD	Alto Risco TCU	TOTAL	PONTOS
1.1 GESTÃO ESTRATÉGICA	1.1.1 Gerenciar o Planejamento Estratégico	1614,15	-	-	1614,15	3
	1.1.2 Gerir Prestações de Informações Institucionais					
	1.1.3 Planejar o Orçamento Institucional					
	1.1.4 Acompanhar o Orçamento Institucional					
1.2 GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	1.2.1 Gerenciar Processos de Negócio	373,59	290	-	663,59	2
	1.2.2 Gerenciar os Instrumentos Normativos					
	1.2.3 Gerenciar Portfólio de Projetos					
1.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO CORPORATIVA	1.3.1 Gerenciar a Documentação Corporativa	383,63	-	-	383,63	1
	1.3.2 Gerenciar a Informação Bibliográfica					
	1.3.3 Gerenciar o Acesso à Informação					
	1.3.4 Gerenciar a Segurança da Informação e Comunicações					
	1.3.5 Realizar a Gestão Geotecnológica de Dados e Informações					
	1.3.6 Gerenciar Dados Corporativos					
1.4 GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	1.4.1 Gerenciar a Comunicação Institucional	379,975	-	-	379,975	1
	1.4.2 Realizar a Promoção Institucional					
	1.4.3 Gestão de Demandas de Órgãos Externos					
1.5 GOVERNANÇA CORPORATIVA, RISCOS E INTEGRIDADE	1.5.1 Gerenciar Riscos e Controles Internos	1958,88	-	-	1958,88	4
	1.5.2 Gerenciar Índices de Governança					
	1.5.3 Gerenciar Apurações Correcionais					
	1.5.4 Promover a Ética e Integridade Institucional					
	1.5.5 Gerenciar Manifestações de Ouvidoria					

Macroprocesso	Processo	INTERISK	Riscos Consad/AUD	Alto Risco TCU	TOTAL	PONTOS
	1.5.6 Prestar Serviços de Auditoria Interna					
	1.5.7 Assessorar a Alta Administração					
	1.5.8 Prestar Suporte aos Órgãos Colegiados					
2.1 INFRAESTRUTURA HÍDRICA	2.1.1 Realizar Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica	521,72	552	SIM	1073,72	5
	2.1.2 Realizar e Coordenar a Implantação de Infraestrutura Hídrica					
	2.1.3 Realizar a Gestão das Barragens da Codevasf					
2.2 GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE IRRIGAÇÃO	2.2.1 Operar e Manter os Empreendimentos de Irrigação	286,34	-	-	286,34	1
	2.2.2 Recuperar e Modernizar os Empreendimentos de Irrigação					
	2.2.3 Realizar Ações de Apoio à Produção da Agricultura Irrigada					
	2.2.4. Promover economicidade e eficiência energética nos empreendimentos					
2.3 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	2.3.1 Desenvolver Programas, Estudos e Projetos de Recuperação Hidroambiental	198,62	-	-	198,62	1
2.4 INFRAESTRUTURA URBANA	2.4.1 Realizar Estudos e Projetos de Infraestrutura Urbana	35,65	768	SIM	803,65	5
	2.4.2 Realizar e Coordenar a Implantação de Infraestrutura Urbana					
	2.4.3 Realizar Obras de Qualificação Viária (Pavimentação)					
2.5 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	2.5.1 Implementar Ações Voltadas para o Desenvolvimento da Economia Sustentável	541,235	-	-	541,235	1
	2.5.2 Promover o Desenvolvimento e o Fortalecimento da Pesca e Aquicultura					
2.6 MECANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	2.6.1 Implementar Ações e Programas de Modernização Urbana e Rural	101,505	-	-	101,505	1

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Macroprocesso	Processo	INTERISK	Riscos Consad/AUD	Alto Risco TCU	TOTAL	PONTOS
2.7 SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA	2.7.1 Implementar Projetos e Obras Estruturantes Saneamento	99,915	-	-	99,915	1
	2.7.2 Implementar Ações de Acesso à água e esgotamento rural					
2.8 PARCERIAS E INVESTIMENTOS	2.8.1 Gerenciar Ações com o Objetivo de Desenvolver Modelos de Atuação por Meio de Concessões	32,75	-	-	32,75	1
3.1 GESTÃO DE PESSOAS	3.1.1 Gerenciar Seleção de Pessoas	403,9	-	-	403,9	1
	3.1.2 Gerenciar o Desenvolvimento de Pessoas					
	3.1.3 Gerenciar Folha de Pagamento, Direitos e Benefícios					
	3.1.4 Gerir Relações de Trabalho					
	3.1.5 Gerir Saúde e Segurança do Trabalho					
3.2 GESTÃO DE LOGÍSTICA	3.2.1 Administrar Serviços Gerais	198,11	-	-	198,11	1
	3.2.2 Administrar o Armazenamento e o Desfazimento de Material					
3.3 GESTÃO DE PATRIMÔNIO	3.3.1 Realizar a Gestão dos Imóveis Rurais e Urbanos	167,93	-	-	167,93	1
	3.3.2 Administrar Obras e Manutenção Predial					
	3.3.3 Realizar a Gestão Patrimonial					
3.4 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.4.1 Gerir o Planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação	359,215	-	-	359,215	1
	3.4.2 Entregar e Manter Soluções de TIC					
	3.4.3 Gerenciar Infraestrutura de Tecnologia da Informação					
	3.4.4 Gerenciar o Suporte a Serviços de TIC					
3.5 GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL	3.5.1 Administrar a Execução Financeira	1335,665	688	-	2023,665	4
	3.5.2 Gerenciar Créditos não Tributários					

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Macroprocesso	Processo	INTERISK	Riscos Consad/AUD	Alto Risco TCU	TOTAL	PONTOS
	3.5.3 Realizar a Disponibilidade Orçamentária					
	3.5.4 Realizar a Execução Contábil					
	3.5.5 Gerenciar a escrituração e revisão contábil					
	3.5.6 Gerenciar transferências de recursos e parcerias institucionais					
	3.5.7 Verificar a conformidade dos registros de gestão					
3.6 GESTÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA E SOLUÇÕES DE LITÍGIOS	3.6.1 Controlar a Legalidade dos Atos Administrativos	167,875	-	-	167,875	1
	3.6.3 Gerenciar Representação Judicial					
3.7 GESTÃO DE CONTRATAÇÕES	3.7.1 Contratar Bens e Serviços	2887,23	230	-	3117,23	5
	3.7.2 Gerir Contratações					
	3.7.3 Realizar a Gestão de Custos e Orçamentação					
3.8 GESTÃO AMBIENTAL E FUNDIÁRIA	3.8.1 Realizar a Regularização Ambiental	567,31	-	-	567,31	1
	3.8.2 Realizar a Regularização Fundiária de Áreas e Outros Empreendimentos					
	3.8.3 Regularizar a Ocupação dos Projetos Públicos de Irrigação					

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

Anexo II - Detalhamento dos trabalhos de Auditoria para o exercício de 2026

ID	Tipo de Atividade	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	Semanas	H/H	Local	Custo (R\$)	Diárias	Passagens
1	Avaliação	Análise da conformidade dos valores pagos aos Dirigentes e Conselheiros da Codevasf 2025-2026	Garantir o cumprimento dos limites global e individual de remuneração dos membros estatutários	Obrigação Legal	Janeiro	Janeiro	2	51	Brasília	0,00	0,00	0,00
2	Avaliação	Análise de conformidade do Programa de Remuneração Variável Anual – RVA 2025 e avaliação do cumprimento das metas.	Avaliar e apurar os resultados atingidos quanto ao Programa RVA, ao final do exercício, conforme competências definidas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016 e no estatuto social	Obrigação Legal	Janeiro	Janeiro	2	57	Brasília	0,00	0,00	0,00
3	Avaliação	Parecer da Auditoria Interna sobre a Tomada de Contas Especial	Emitir Parecer sobre os Processos de Tomada Especial	Obrigação Legal	Janeiro	Dezembro	33	1789	Brasília	0,00	0,00	0,00
4	Avaliação	Parecer sobre Prestação de Contas Anual	Elaborar parecer sobre a prestação de contas anual, nos termos da Instrução Normativa CGU nº 5/2021	Obrigação Legal	Março	Maio	2	61	Brasília	0,00	0,00	0,00
5	Avaliação	Análise do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras	Avaliar o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras - 3º e 4º trimestre/2025	Obrigação Legal	Janeiro	Abril	16	718	Brasília	0,00	0,00	0,00
6	Avaliação	Matriz de riscos das contas contábeis	Elaborar a matriz de riscos das contas a serem analisadas na Demonstrações contábeis e financeiras em 2026	Obrigação Legal	Abril	Maio	4	180	Brasília	0,00	0,00	0,00
7	Avaliação	Análise do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras	Avaliar o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras - 1º e 2º trimestre/2026	Obrigação Legal	Agosto	Dezembro	16	718	Brasília	0,00	0,00	0,00
8	Avaliação	Análises dos informes do Sistema Alice-CGU	Avaliar os informes e alertas da Ferramenta, com análise da conformidade de licitações relevantes	Outros	Janeiro	Dezembro		129	Brasília	0,00	0,00	0,00
9	Avaliação	Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS	Verificar o cumprimento das Resoluções CGPAR nº 37/2022 e 38/2022.	Obrigação Legal	Janeiro	Abril	15	822	Brasília	0,00	0,00	0,00
10	Avaliação	Transações com Partes Relacionadas	Avaliar as transações com partes relacionadas	Obrigação Legal	Agosto	Dezembro	17	1353	Brasília	0,00	0,00	0,00
11	Avaliação	Planejamento e execução orçamentária	Avaliar o planejamento e a execução do orçamento da Codevasf.	Avaliação de Riscos	Abril	Agosto	16	877	Brasília	0,00	0,00	0,00

ID	Tipo de Atividade	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	Semanas	H/H	Local	Custo (R\$)	Diarias	Passagens
12	Avaliação	Contratações	Avaliar a gestão das contratações	Avaliação de Riscos	Maio	Agosto	14	986	Brasília	0,00	0,00	0,00
13	Avaliação	Infraestrutura Urbana	Avaliar a gestão da Codevasf na execução de obras de infraestrutura Urbana, observando a conformidade dos serviços executados ante as especificações técnicas dos projetos e das normas técnicas aplicáveis, referente ao período de 2025/2026.	Avaliação de Riscos	Janeiro	Maio	18	1534	Brasília/DF, São Luís/MA, Teresina/PI	10.127,24	5.027,24	5.100,00
14	Avaliação	Infraestrutura Hídrica	Avaliar a gestão da Codevasf na execução de obras de infraestrutura Hídrica, observando a conformidade dos serviços executados ante as especificações técnicas dos projetos e das normas técnicas aplicáveis	Avaliação de Riscos	Setembro	Dezembro	16	1325	Brasília/DF, Juazeiro/B A, Natal/RN	10.427,24	5.027,24	5.400,00
15	Avaliação	Mecanização e Modernização	Avaliar as ações voltadas à mecanização agrícola e modernização de estruturas urbanas e rurais, com foco no fortalecimento produtivo e na eficiência das comunidades atendidas.	Avaliação de Riscos	Maio	Setembro	18	1006	Brasília/DF, Petrolina/P E, Juazeiro/B A	8.827,24	5.027,24	3.800,00
16	Avaliação	Sistema de Irrigação Itaparica	Avaliar a gestão dos Projetos Públicos de Irrigação (PPI) do sistema Itaparica	Demanda da Alta Administração	Janeiro	Maio	19	1072	Brasília	0,00	0,00	0,00
17	Consultoria	Gestão Ambiental e Fundiária	Subsidiar a Direção, quanto a identificação de possibilidades de aprimoramento na condução, operacionalização e gestão dos imóveis, considerando os diversos pedidos de desafetação, doação e desmembramento de áreas de Perímetros Públicos de Irrigação	Demanda da Alta Administração	Maio	Setembro	17	1458		0,00	0,00	0,00
18	Reserva Técnica	Auditoria especial e outras demandas da alta administração	Atender a demandas extraordinárias que surgem durante a execução do PAINT	Outros	Janeiro	Dezembro		591	Brasília	0,00	0,00	0,00
19	Monitoramento	Monitoramento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna	Monitorar as recomendações da Auditoria Interna, os planos de ações dos gestores e elaborar relatório de monitoramento das recomendações	Outros	Janeiro	Dezembro		1510	Brasília	0,00	0,00	0,00

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

ID	Tipo de Atividade	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	Semanas	H/H	Local	Custo (R\$)	Diarias	Passagens
20	Monitoramento	Acompanhamento das diligências e demandas dos órgãos de controle	Acompanhar as demandas dos órgãos de controle e elaborar relatório de acompanhamento	Outros	Janeiro	Dezembro		1199	Brasília	0,00	0,00	0,00
21	Gestão Interna	Elaboração e Revisão de Normativos			Janeiro	Dezembro		661	Brasília	0,00	0,00	0,00
22	Gestão Interna	Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT 2025)	Demonstrar as ações de controle planejadas e efetivamente realizadas pela Auditoria Interna da Codevasf em 2025, contemplando resultados e impactos na gestão.	Obrigação Legal	Janeiro	Março		291	Brasília	0,00	0,00	0,00
23	Gestão Interna	Elaboração do PAINT 2027	Elaborar o PAINT 2027 a partir da avaliação de riscos, demandas da alta administração e dos Conselhos.	Obrigação Legal	Agosto	Novembro		572	Brasília	0,00	0,00	0,00
24	Gestão Interna	Elaboração de relatórios de acompanhamento das Resoluções CGPAR	Elaborar relatórios de acompanhamento das Resoluções CGPAR	Obrigação Legal	Janeiro	Dezembro		528	Brasília	0,00	0,00	0,00
25	Gestão Interna	Elaboração de relatórios trimestrais MIDR			Janeiro	Dezembro		132	Brasília	0,00	0,00	0,00
26	Levantamento de Informações para órgãos de controle interno ou externo	Atendimento de demandas CGU e TCU			Janeiro	Dezembro		158	Brasília	0,00	0,00	0,00
27	Gestão e Melhoria	Atividades do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade	Estabelecer atividades permanentes para avaliar a qualidade, gerar informações gerenciais e promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna.	Obrigação Legal	Janeiro	Dezembro		270	Brasília	0,00	0,00	0,00
28	Gestão e Melhoria	Acompanhamento dos planos de ação IA-CM - Nível 3			Janeiro	Dezembro		993	Brasília	0,00	0,00	0,00
29	Gestão Interna	Gestão da Consad/AUD			Janeiro	Dezembro		1520	Brasília	0,00	0,00	0,00
30	Gestão Interna	Elaboração de Relatórios Trimestrais para os Conselhos	Elaborar relatórios trimestrais de acompanhamento da Auditoria Interna		Janeiro	Dezembro		683	Brasília	0,00	0,00	0,00
31	Gestão Interna	Elaboração de Informações Gerenciais			Janeiro	Dezembro		1500	Brasília	0,00	0,00	0,00

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA

ID	Tipo de Atividade	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	Semanas	H/H	Local	Custo (R\$)	Diarias	Passagens
32	Capacitação	Capacitação de auditores e chefias		Obrigação Legal	Janeiro	Dezembro		1440	Brasília	106.054,00	15.421,52	6.618,48
								26184		135.435,72	30.503,24	20.918,48

“O plano de auditoria interna deve ser flexível o suficiente para permitir que o Executivo da Auditoria o revise e ajuste conforme necessário, em resposta às mudanças nos negócios, riscos, operações, programas, sistemas e controles da organização”. Norma 2010 – IIA



DELIBERAÇÃO Nº 46/2025

Brasília, 15 de dezembro de 2025.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a deliberação do Conselho de Administração, adotada em sua 377ª Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de dezembro de 2025, assim como o disposto no Artigo 63, XXI do Estatuto Social,

R E S O L V E:

Aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna – Paint – para o exercício de 2026 (processo nº 59500.004071/2025-50).

EDUARDO CORRÊA TAVARES
Presidente do Conselho de Administração

Processo nº 59500.004071/2025-50
